

ARTIGO

O INTEGRALISMO NO PÓS-GUERRA: A FORMAÇÃO DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR (1945-1950)

*Gilberto Grassi Calil - UNIOESTE**

RESUMO: *O Partido de Representação Popular, fundado em 1945, reuniu ex-membros da Ação Integralista Brasileira, sob a liderança de Plínio Salgado, constituindo-se no instrumento de intervenção política dos integralistas durante todo o chamado “período democrático” (1945-1964). Este artigo busca discutir a reelaboração doutrinária do integralismo que ocorreu a partir do início dos anos 1940, a estruturação interna do PRP, seu projeto político, os elementos de mobilização que utilizou e sua participação na vida institucional, a partir da análise dos primeiros cinco anos da trajetória do partido. Propõe ainda algumas reflexões sobre o processo político brasileiro naquele período a partir da forma como os principais partidos se relacionavam com os integralistas.*

PALAVRAS-CHAVE: *Integralismo; Autoritarismo; Partidos Políticos Brasileiros; História do Brasil República; História Política.*

* Professor do Curso de História na UNIOESTE; Licenciado e Bacharel em História (UFRGS); Mestre em História do Brasil (PUCRS) e Membro da Coordenação Histórica do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (gilbertocalil@fsnet.com.br).

Apresentação

O objetivo deste artigo é apresentar, em linhas gerais, algumas conclusões de nossa dissertação recentemente defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. René Gertz¹.

A pesquisa realizada teve como ponto de partida a percepção da importância do integralismo no processo político brasileiro. Mesmo sem ter ascendido ao poder, o integralismo constituiu importante movimento de massas, tendo sido possivelmente a Ação Integralista Brasileira (AIB) a maior agremiação fascista da América Latina. Em vista disso, os principais estudos sobre o movimento integralista se concentram em seu período mais destacado (1932-1937), que corresponde à trajetória da AIB. No entanto, praticamente desconhecem a rearticulação integralista após a II Guerra Mundial e o papel desempenhado pelo Partido de Representação Popular (PRP) como instrumento desta rearticulação. Pretendemos argumentar, ao contrário, que também o PRP desempenhou importante papel no processo político brasileiro.

Este trabalho parte ainda de uma percepção determinada sobre o movimento integralista, entendendo que ele efetivamente foi um movimento de massas e que teve uma real perspectiva de poder nos anos 30². Entende que sua trajetória deve ser compreendida tendo como referência sua inserção no pensamento

¹ CALIL, Gilberto Grassi. *A nova face do verde: o integralismo no pós-guerra – a formação do Partido de Representação Popular (1945-1950)*. Porto Alegre. Curso de Pós-Graduação em História / PUCRS, 1998, 426 p.

² Sobre a trajetória integralista nos anos 30, ver TRINDADE, Héglio. *Integralismo* (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo, Difel / Porto Alegre, UFRGS, 1974. Coleção “Corpo e Alma do Brasil”; TRINDADE, Héglio. *Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30*. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991; GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987; CHAUI, Marilena. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: CHAUI, Marilena & FRANCO,

autoritário brasileiro, como uma de suas mais importantes variáveis. Entendemos que sua relação com esse pensamento tem uma dupla dimensão: por um lado, é possível identificar diversos pontos de contato entre o integralismo e as diversas outras correntes autoritárias; de outro, pode-se apontar o integralismo como uma “superação” fascista deste pensamento, expressa na perspectiva de ruptura institucional (proposta de construção de um “Estado Integral”).

Outra motivação desta pesquisa foi a percepção de que é necessário compreender os movimentos e partidos de “direita” não apenas pelos interesses sociais que representam, mas também pelas aspirações que levam seus aderentes a neles ingressarem, o que leva a enfocar também seu funcionamento interno e os elementos mobilizadores de que se utilizam.

O interesse pelo tema e a elaboração do projeto de pesquisa são fruto ainda do contato com uma vasta documentação sobre o integralismo e da participação na constituição do Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP. O contato com a documentação atualmente reunida nesta entidade revelou vastas possibilidades de pesquisa, muito especialmente no que se refere ao PRP³.

Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra, 1978; MEDEIROS, Jarbas. “Plínio Salgado”. In: *Ideologia autoritária no Brasil - 1930-1945*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978, p. 379-599; HILTON, Stanley. “A Ação Integralista Brasileira: O fascismo no Brasil, 1932-1938” In: *O Brasil e a crise internacional*. Rio de Janeiro, Cultura Brasileira, 1977. p. 23-57; VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: Análise do discurso integralista*. São Paulo, Brasiliense, 1979; e CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

³ O Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (Rua Coronel Vicente 520 / 02 – Porto Alegre, cdaibprp@cpovo.net) foi fundado em 1996, tendo como eixo documental principal o integralismo, e como interesse temático o processo político brasileiro. Desenvolve também um Programa de História Oral e disponibiliza para pesquisa pública um acervo já organizado de aproximadamente 100.000 documentos. Apenas documentos partidários do PRP existem em número superior a 60.000. Além deles, existem jornais partidários, panfletos, folhetos, livros de atas, cartazes e diversos outros materiais do partido.

Finalmente, acredita-se que é possível pensar questões mais gerais sobre o pensamento político autoritário a partir da intervenção do integralismo no processo político brasileiro. Para esta reflexão, a trajetória do PRP traz diversos subsídios, principalmente em virtude das relações que os integralistas passaram a travar com as demais agremiações políticas.

O objetivo geral desta investigação foi a análise do processo de rearticulação do integralismo e da constituição do Partido de Representação Popular. Buscou-se, em especial, avaliar a nova perspectiva política assumida pelo integralismo a partir de 1945. Entende-se que esta perspectiva deve ser compreendida a partir de dois referenciais fundamentais: a trajetória prévia do integralismo e os condicionantes colocados pelo novo contexto político do pós-guerra.

A análise desta nova perspectiva centrou-se nos seguintes aspectos:

- a reelaboração doutrinária do integralismo,
- a estruturação interna do PRP,
- seu projeto político,
- os elementos mobilizadores que utilizou,
- sua participação na vida institucional.

Embora tenha sido muito pouco referido nos estudos disponíveis sobre o processo político brasileiro, o PRP não teve importância tão pequena como podem sugerir as poucas e esparsas referências sobre ele existentes. Detentor de um eleitorado fiel e fortemente hierarquizado, o PRP desempenhou um papel decisivo em alguns momentos da vida política brasileira, em especial em alguns estados como Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo, nos quais muitas vezes a posição assumida pelo partido aparecia como fator desequilibrador em disputas eleitorais fortemente polarizadas.

Embora sem alcançar a mesma dimensão da AIB, o PRP teve uma intervenção relevante no processo político, possuindo uma militância convicta e um patrimônio eleitoral não muito elevado, mas bastante sólido. Seu apoio foi decisivo em algumas eleições

importantes. Em 1955, por exemplo, o lançamento da candidatura presidencial de Plínio Salgado, retirando votos de Juarez Távora, tornou possível a eleição de Juscelino Kubitschek.

A redemocratização brasileira de 1945: a consolidação dos limites à democracia

A reflexão proposta situa-se no marco das interpretações que sustentam a existência de fortes traços de continuidade no processo político brasileiro entre 1930 e 1964, questionando a indicação da decretação do Estado Novo (1937) e da chamada “redemocratização” (1945) como marcos de ruptura repentina e radical⁴. Além disso, considera que o integralismo, de maneira geral, e o PRP, em particular, não são fenômenos exóticos ao processo político brasileiro, mas extremavam posições autoritárias também presentes nos principais atores e partidos políticos. Considerá-los como “exóticos”, negando que suas posições guardassem coerência com proposições aceitas por muitos, pode implicar no obscurecimento de traços autoritários que permeavam (e permeiam) a prática política no país, muito além da intervenção do integralismo ou dos integralistas. Apenas a existência de propostas e formulações autoritárias com ampla sustentação social gerou as condições de possibilidade para a emergência do integralismo nos anos 30 e tornou possível que ele se convertesse em expressivo movimento de massas com real perspectiva de poder. Da mesma forma, foi o caráter formal e abstrato da “democracia” consagrada

⁴ Sobre a continuidade no processo político brasileiro, ver especialmente SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil - 1930-1964*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980; e PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Autoritarismo e transição. *Revista USP*, São Paulo, mar./maio 1991, p. 45-56. Com relação ao caráter restrito da redemocratização brasileira de 1945, ver ALMINO, João. *Os democratas autoritários: Liberdades sindicais, de associação política e sindical na Constituição de 1946*. São Paulo, Brasiliense, 1980; e ALMEIDA, Antonio Mendes. “Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas”. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991. p. 227-255

com a redemocratização de 1945 que possibilitou que o conceito peculiar de “democracia” sustentado pelo PRP fosse aceito sem maiores questionamentos.

O ano de 1945 é considerado por muitos como marco da redemocratização brasileira, quando repentinamente e pela intervenção de alguns líderes políticos e militares teria sido derrubado o Estado Novo e instaurado o “regime democrático”. Polemizando com esta interpretação, consideramos que o processo foi bem mais contraditório e tortuoso, tendo sido gestados projetos diversos e muitas vezes antagônicos quanto ao formato da “democracia” a ser estabelecida⁵. Enquanto a oposição liberal-conservadora e oligárquica pretendia apenas retomar a situação anterior de fragmentação regional do poder e reconquistar o aparato estatal, algumas importantes mobilizações populares explicitavam uma perspectiva diversa, propondo uma redemocratização bem mais abrangente. Muitas vezes a historiografia tem apresentado o projeto que triunfou em 1945 como se fosse a única alternativa possível ou o único que contou com apoio social. Desta forma, é hipervalorizada a importância do “Manifesto dos Mineiros”, expressão dos descontentamentos de dissidências liberal-oligárquicas mineiras, as mesmas que constituiriam a seção da União Democrática Nacional naquele estado⁶.

⁵ Nossa argumentação a respeito do processo de redemocratização está desenvolvida em CALIL, Gilberto Grassi. A redemocratização brasileira de 1945. In: CENTRO de Estudos Marxistas. *Fios de Ariadne: Ensaio de Interpretação Marxista*. Passo Fundo, UPF Editora, 1999. p. 367-400.

⁶ Para Maria do Carmo Campelo de Souza, “o Manifesto dos Mineiros, reconhecidamente, marcou o início de uma fase na qual os protestos contra o regime de Vargas assumiram uma forma mais organizada. (...) Do Manifesto dos Mineiros partiram todas as tentativas de articulação com os diferentes núcleos de oposição ao regime”. SOUZA, *Op. cit.*, p. 63 (grifo meu). A mesma ênfase encontra-se em Bóris Fausto, para quem “a primeira manifestação ostensiva foi o Manifesto dos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943”. (FAUSTO, *História do Brasil, op. cit.*, p. 383); e, em Stanley Hilton: “O ‘Manifesto dos Mineiros’ foi a primeira demonstração séria [sic] de oposição ao regime” (HILTON, Stanley. *O ditador e o embaixador: Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr. e a queda do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Record, 1987. p. 12).

À parte das negociações de bastidores e das pequenas divergências no interior das classes dominantes, a campanha antifascista de cunho popular tomou as ruas a partir do ano de 1942, quando começaram a ocorrer mobilizações de grande porte⁷. Além disso, foram reativadas algumas instituições intermediárias da sociedade civil, como a União Nacional dos Estudantes e a Liga de Defesa Nacional, as quais adquiriam crescente grau de autonomia, e criadas novas instituições, como a Sociedade dos Amigos da América⁸. A intervenção destas entidades, voltadas à luta antifascista, propiciou condições para a crítica ao “fascismo interno”, em especial à ditadura varguista. Ainda que no contexto da entrada do Brasil na guerra estas mobilizações tenham sido permitidas e até em um primeiro momento incentivadas pelo Estado Novo, elas fugiram progressivamente ao controle governamental. O movimento estudantil reapareceu atuante, construindo novas formas de mobilização, como marchas silenciosas e semanas antifascistas e anti-integralistas. Também o movimento sindical contribuiu para a construção de uma alternativa de efetiva redemocratização, com a constituição das Comissões de Fábrica, que na prática tornaram superada a organização sindical corporativista imposta pelo regime varguista⁹.

⁷ As primeiras mobilizações, que reivindicavam a entrada do Brasil na Guerra, são descritas por Antônio Mendes de Almeida Júnior: “*No plano interno, iniciava-se, nos princípios dos anos 40, uma intensa campanha de mobilização popular exigindo a declaração de 'estado de guerra' entre o Brasil e as potências do 'Eixo'. Nas ruas das grandes cidades, os estudantes realizavam manifestações antinazistas coordenadas pela União Nacional dos Estudantes, que havia sido fundada em 1937. Vários sindicatos - entre eles alguns sob influência do Partido Comunista Brasileiro, na clandestinidade - também se movimentaram favoravelmente à guerra contra a Alemanha e a Itália*” (ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 227).

⁸ Esta entidade, fundada no início de 1943, sob a presidência do General Manuel Rabelo, abrigava militares nacionalistas como Horta Barbosa, líderes políticos e lideranças estudantis. Conforme Ricardo Maranhão e Antônio Mendes Júnior, “*seu objetivo expresso era a luta 'contra as doutrinas fascistas, sejam elas européias ou nacionais (o integralismo)*” (MARANHÃO, Ricardo & MENDES Jr, Antônio. “O declínio do Estado Novo”. In: *Brasil História - Texto e Consulta*. 2ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1982. Volume 4 [A era de Vargas], p. 201).

⁹ Ver a respeito COSTA, Hélio da. *Em busca da Memória: Comissão de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra*. São Paulo, Página Aberta, 1995.

As mobilizações populares e o projeto de uma efetiva democratização encontraram no ano de 1945 um forte obstáculo. Neste ano consolidou-se a articulação conservadora que uniu a oposição liberal-oligárquica a setores autoritários do Exército, com o objetivo de conter o avanço do movimento popular. Sua intervenção permitiu a reversão de algumas das melhores perspectivas democratizantes e garantiu a imposição de limites à prática democrática. Assim, o ano de 1945, no qual se efetivou a derrocada do Estado Novo, foi também um momento de reação conservadora. No decorrer daquele ano, Vargas, até então criticado como ditador pela oposição “liberal-conservadora”, paradoxalmente passou a ser por ela criticado também por não reprimir com veemência as ascendentes mobilizações populares. As articulações que se deram entre “liberais” e “autoritários” tornaram possível o golpe militar de 29 de outubro, quando Vargas foi deposto, e o acirramento da repressão institucional aos movimentos populares. O lançamento da candidatura Dutra já havia tornado evidente o descontentamento da parcela mais autoritária do Exército com o governo Vargas. Naquele momento, os setores liberal-conservadores já estavam comprometidos com a candidatura opositora do Brigadeiro Eduardo Gomes. A eleição do General Dutra, tornada possível pelo pleno funcionamento da máquina eleitoral das interventorias estaduais, garantiu a preservação do aparato estatal estadonovista, sob nova roupagem. Os traços de continuidade entre a ditadura estadonovista e o nascente sistema “democrático” se consolidaram com a promulgação da Constituição de 1946. Embora se apresentasse como formalmente “liberal”, ela viabilizava um rígido controle social e remetia questões fundamentais à regulamentação por lei complementar. Por exemplo, as greves seriam permitidas em tese, porém em condições que seriam estabelecidas na legislação complementar. No entanto, quando a norma constitucional foi aprovada, um decreto presidencial já havia sido editado, e na prática inviabilizava e criminalizava as greves. Em 1947, com o fechamento do Partido Comunista e da Confederação Geral dos Trabalhadores

do Brasil e com a intervenção em centenas de sindicatos, tornou-se evidente o formato restrito da “nova democracia”.

O governo Dutra, caracterizado por seu extremo reacionarismo, é normalmente apontado como uma exceção em um período populista¹⁰. Efetivamente, ele mantinha a “ordem social” basicamente através de uma intensa repressão aos movimentos sociais. A noção de exceção, no entanto, é um equívoco, pois muitas das definições de rumos tomadas neste governo permaneceram em vigência nos seguintes. O governo Dutra teve decisiva influência na produção da Constituição de 1946, e a legislação complementar por ele editada manteve-se praticamente inalterada até 1964. Além disto, influenciou decisivamente o fechamento do Partido Comunista e da CGTB, medidas que não foram revisadas posteriormente. Assim, não é possível perceber o repressor governo Dutra como um fenômeno isolado e estranho no sistema político da Quarta República, pois foi nele que se definiram as condições institucionais que regularam o processo político até 1964.

1945: o contexto da rearticulação integralista e da formação do PRP

No ano de 1945, a participação brasileira na II Guerra Mundial e as mobilizações populares que clamavam pela democratização consolidavam um forte sentimento anti-fascista, o qual, muitas vezes, desdobrava-se em veemente oposição ao integralismo, constantemente associado ao nazi-fascismo

¹⁰ “Se considerarmos que o período histórico compreendido entre a Revolução de 30 e o golpe de 1964 tem como características dominantes as articulações de tipo populista, o governo Dutra - 1946-1950 - constitui aí uma exceção. De fato, o apelo às massas como elemento legitimador do sistema político, e as concessões do grupo de poder aos trabalhadores para se fortalecer diante dos vários setores dominantes, desaparecem no período Dutra para dar lugar a uma postura elitista e conservadora” (DÓRIA, Carlos Alberto & MARANHÃO, Ricardo. “O governo Dutra e o jogo partidário. In: MARANHÃO & MENDES Jr, *Op. cit.*, p. 235).

internacional¹¹. Surgiam, ao mesmo tempo, reiteradas denúncias de que integralistas teriam realizado espionagem a favor do nazismo e, ainda, de que a AIB teria sido financiada pelo fascismo italiano. A despeito da ausência de provas de algumas destas denúncias, as evidentes semelhanças doutrinárias obrigavam o integralismo a assumir uma postura defensiva e cuidadosa, o que explica a dificuldade que teve para se rearticular. A revisão de alguns conceitos (reelaboração doutrinária), a nova perspectiva política (ênfase na institucionalidade) e o decidido apoio à candidatura e ao governo Dutra foram algumas das estratégias adotadas que permitiram a inserção do integralismo no sistema político, mantendo sua posição ultra-conservadora e a defesa do autoritarismo, mas já sem qualquer perspectiva insurrecional.

O integralismo e a formação do Partido de Representação Popular

O Partido de Representação Popular (PRP), fundado em 1945, reuniu ex-membros da Ação Integralista Brasileira, sob a liderança de Plínio Salgado, e manteve-se atuante até a dissolução

¹¹ Um exemplo de campanha anti-integralista que associava o movimento ao nazi-fascismo internacional foi a desenvolvida em todo o país pelos “Diários Associados” de Assis Chateaubrind. Os títulos de algumas matérias publicadas no jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre são ilustrativos: “Integralismo continua sendo a alma da quinta coluna” (27.1.1945, p. 3); “Integralista, ardia de convicção na vitória alemã” (27.1.1945, p. 2); “Integralismo à espreita” (3.5.1945, p. 8); “Filhos de Hitler: uma demonstração nitidamente nazista à frente do Diário de Notícias” (8.5.1945, p. 8); e “Se reorganizarem o Integralismo, a cobra vai fumar de novo”. (5.6.1945, p. 8). Panfletos e “A pedidos” denunciavam o caráter “fascista” do integralismo e afirmavam que sua reorganização atentaria contra a memória dos brasileiros mortos em combate. Um panfleto que circulou na cidade gaúcha de Uruguaiana, assinado por “um grupo de antifascistas”, atacava Plínio Salgado: “*Uruguaiense! Está prevista a chegada, nesta cidade, do imundo PLÍNIO TOMBOLA, o chefe nacional dos integralistas, ramificação do nazi-fascismo no Brasil. Vem esse denunciador da rota dos nossos barcos, aos submarinos de Hitler, enfrentar os brios democráticos do nosso povo altaneiro. Vêm macular, justamente na Semana da Pátria, a cidade de Luiz Quevedo, o nosso heróico e saudoso Pracinha. Enxotemos daqui para torá com esse Galinha Verde, traidor da Pátria. (...)*” (Acervo do Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP).

dos partidos políticos em 1965. A fundação do PRP representou a retomada do projeto político integralista, com algumas adaptações formais. Ela se tornou possível após Plínio Salgado e outros líderes do movimento reformularem a doutrina integralista e adaptarem seu discurso, minimizando a importância de temas como o corporativismo e o antiliberalismo que, em virtude da participação do Brasil na II Guerra Mundial, se tornaram incômodos. O partido teve seu registro partidário aceito e sua doutrina considerada democrática pelo Tribunal Superior Eleitoral. Sua “conversão” à democracia se deu através da adoção de uma definição peculiar de “democracia cristã”. O PRP centrou-se no anticomunismo, no nacionalismo e no “espiritualismo”, e defendeu a centralização do poder. A formação do PRP representou a adaptação do integralismo ao novo contexto político do pós-guerra, marcado pela derrota internacional do nazi-fascismo, pelas mobilizações antifascistas e por um sentimento anti-integralista disseminado na opinião pública. A reorientação doutrinária procurou redefinir o significado do integralismo, de forma a poder apresentá-lo como “democrático”.

No decorrer de 1945, enquanto se dava a rearticulação do integralismo, seus líderes respondiam aos ataques que recebiam, reconstituindo a trajetória prévia do movimento, muitas vezes omitindo escritos comprometedores ou reescrevendo-os de forma a adaptá-los ao novo discurso. Adotando um novo vocabulário, os integralistas apresentavam-se como maiores adversários do totalitarismo e buscavam justificar sua conversão à forma partidária. O apoio à candidatura presidencial de Eurico Gaspar Dutra (PSD) facilitou a movimentação dos integralistas no sentido de formação de um partido político. No mês de setembro foi fundado o PRP, a princípio não se assumindo abertamente como integralista. Após obter o registro partidário, passou paulatinamente a assumir-se como herdeiro do legado integralista. Em 1946, já sob um novo contexto internacional de guerra fria e uma nova conjuntura interna de repressão aberta à esquerda e imposição de limites à prática democrática por parte do presidente Dutra, Plínio Salgado retornou do exílio e assumiu a presidência do partido. Nela permaneceu, sendo sucessivamente reeleito, até a dissolução

do partido em 1965. Os primeiros cinco anos da trajetória do PRP (1945-1950) podem ser considerados como período de sua formação e consolidação. Neste período se definiram a reelaboração doutrinária do integralismo, o projeto político do PRP e sua estrutura interna. Enfrentando a situação adversa encontrada em 1945, o partido passou a ocupar um espaço institucional e a realizar alianças políticas que garantiram a obtenção e preservação de seu registro partidário. Expressando uma nova perspectiva - a inserção harmônica no sistema político brasileiro - a formação do PRP tornou possível o retorno dos integralistas ao cenário político nacional. Foi necessário, além da reformulação doutrinária, o redimensionamento do projeto político, abandonando a proposta de reestruturação corporativa da sociedade, e o abandono da ritualística e da simbologia, as quais haviam desempenhado grande importância no cotidiano da AIB.

A estrutura interna do PRP

Em sua estrutura interna, o PRP constituiu-se como organização fortemente centralizada. O Diretório Nacional mantinha a hierarquia e a disciplina partidária, utilizando-se inclusive de processos de expulsão e intervenções em diretórios estaduais descontentes. Plínio Salgado ocupava posição central no aparelho partidário, mantendo-se como Presidente Nacional do partido entre 1946 e 1965, sem qualquer contestação. Foi ele apresentado como candidato único e eleito por unanimidade ao cargo em todas as convenções nacionais do Partido. Embora não fosse mantida a instituição do “juramento ao Chefe”, é bastante evidente que Salgado detinha um eficiente controle da estrutura partidária.

As principais bases eleitorais do partido encontravam-se no Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo, onde detinha aproximadamente 10% do eleitorado, obtendo ainda ocasionalmente bons resultados em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Bahia. Socialmente, a militância do partido era majoritariamente proveniente de dois setores: os setores médios urbanos e os pequenos proprietários rurais das regiões de colonização italiana e alemã.

A mobilização partidária

A mobilização partidária apontava a suposta singularidade do partido e apresentava-o como instrumento de uma moralização da vida política e privada. Criticando a fragmentação regional dos demais partidos, o PRP alegava possuir um projeto nacionalmente unificado, bem como uma base doutrinária sólida. Valorizava especialmente o “fundamento espiritual” que alegava possuir. Criticava fortemente os vícios da “politicagem”, que atingiriam todos os demais partidos, apontando especialmente a fragilidade daqueles e o “individualismo” dos candidatos. Também criticava duramente a “libertinagem” e a “degradação dos costumes”. Eram atacados não apenas as propostas divorcistas e a homossexualidade, mas principalmente a emancipação feminina, percebida como ameaça de “desestruturação social”.

O eixo central da mobilização do PRP era, no entanto, o anticomunismo. O combate ao comunismo já havia desempenhado função decisiva na AIB e foi reatualizado após 1945, no contexto de guerra fria. Na formulação perrepista, o comunismo seria um sistema estimulador do ódio, submisso ao estrangeiro, com caráter totalitário e historicamente falido. O comunismo era apresentado como uma ameaça imediata e arrasadora, prevendo-se a iminência de uma revolução social, apontando-se a execução de um minucioso “plano comunista de dominação mundial” e denunciando-se uma maciça “infiltração comunista” em todos os setores da sociedade. Na paranóica formulação apresentada, a “infiltração” não se restringiria ao movimento estudantil e sindical, mas atingiria até mesmo órgãos como o Departamento de Estado dos Estados Unidos e o FBI, e os principais jornais brasileiros, como *O Globo*¹², *o Correio da Manhã* e os *Diários Associados*. Afirmando que

¹² Roberto Marinho, diretor do jornal *O Globo*, por exemplo, estaria “sabidamente ao serviço da agitação bolchevista”. Para o PRP, Marinho seria um “homem sem nenhum escrúpulo moral e um energúmeno irresponsável” (“Nova mistificação de ‘O Globo’”. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 15.6.1946, p. 7).

todos os demais partidos políticos estariam “infiltrados” pelo bolchevismo, o PRP pretendia apresentar-se como única alternativa de combate ao comunismo, propondo, como antídoto a “reespiritualização da sociedade” e a construção de uma “nova ética espiritualista”, evidentemente inviáveis em um contexto de rápida laicização.

O projeto político do PRP

O PRP mantinha do projeto integralista dos anos 30 o nacionalismo e o municipalismo. O nacionalismo proposto, no entanto, não mantinha nenhuma dimensão econômica, pois os integralistas após 1945 passaram a se associar às correntes internacionalizantes que se impuseram no contexto de guerra fria sob a hegemonia norte-americana. A defesa do nacionalismo, para o partido, passava a restringir-se a aspectos simbólicos, como a exaltação dos “símbolos pátrios” e à imposição de uma “tradição nacional cristã”. O municipalismo deveria gerar a redistribuição das rendas orçamentárias favorecendo as administrações municipais. O partido pretendia que houvesse uma maior centralização do poder político e, ao mesmo tempo, uma total descentralização administrativa. Na realidade, visava dotar as administrações municipais de um maior volume de recursos financeiros, pois era neste âmbito que o partido tinha maior condição de intervir, participando em coligação de centenas de prefeituras e administrando diretamente outras.

Propondo que o sustentáculo da nacionalidade seria uma “tradição cristã” que não poderia ser questionada, os integralistas qualificavam como inimigas da nação todas as propostas que estivesse em desacordo com sua interpretação do que seria esta tradição. Na formulação apresentada pelo partido, a contradição fundamental do mundo moderno seria a que antagoniza materialistas e espiritualistas, o que tornava a “luta contra o materialismo” objetivo maior da intervenção partidária. Desta forma, no projeto político perrepista, Estado e religião articulavam-se continuamente, definindo-se que a “religião dos brasileiros” era o cristianismo, muitas vezes entendido como catolicismo. Os

integralistas pretendiam ainda liderar a constituição de uma “Frente Cristã” que promoveria a almejada “reespiritualização da sociedade”. Apesar da recorrente menção ao cristianismo, o partido desenvolveu poucas iniciativas concretas, destacando-se a defesa da promulgação da Constituição em nome de Deus e a “entronização do Cristo crucificado” (colocação da imagem do Cristo crucificado nas casas legislativas e prédios públicos).

Finalmente, o elemento articulador do projeto político do PRP era sua peculiar noção de “democracia”. Partindo da crítica ao liberalismo e ao sufrágio universal (qualificado como “arbítrio das massas”), o partido propunha uma “democracia defensiva”. A definição de como esta funcionaria na prática inviabilizava o exercício da prática democrática. Segundo a tese que a sustentava, existiria um conjunto de “princípios imutáveis”, considerados “sagrados” e indissociavelmente constituintes da “tradição histórica brasileira”, que não poderiam ser submetidos ao “arbítrio das massas”. Assim, a democracia não era compreendida como um processo de livre debate e decisão, mas sim como forma de alcançar uma finalidade já previamente definida. As propostas que não estivessem em consonância com a “tradição histórica brasileira” e sua “tradicional moralidade cristã” não poderiam sequer ser submetidas ao julgamento popular. A formulação ainda carregava um profundo desprezo às massas, consideradas como “amorfos”, “despreparadas”, e cuja ação seguiria os “instintos mais baixos”, sendo absolutamente incapazes de discernimento. Desta forma, colocar questões importantes ao seu julgamento constituiria um “verdadeiro suicídio” e um “crime contra a Nação”. Uma definição semelhante, embora menos explícita, foi consagrada pela Constituição de 1946, através de seu artigo 141, que retirou da população o direito de decidir o que era ou não “democrático” ao estabelecer que *“é vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação contrarie o regime democrático”*¹³.

¹³ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *O fechamento do Partido Comunista do Brasil*: Os pareceres Barbedo. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, p. 11

Esta definição embasou o fechamento do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1947, “justificou” o fechamento da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, e foi utilizada para “legitimar” a intervenção em mais de quinhentos sindicatos apenas entre 1946 e 1950¹⁴.

O PRP no processo político: as coligações e a inserção no sistema partidário

Convertidos em partido político, tendo abandonado a perspectiva de ruptura institucional e reduzindo seu projeto político à defesa da preservação da ordem social, os integralistas passaram a procurar uma inserção harmônica no sistema partidário. O principal aspecto da nova perspectiva do partido foi a ênfase na participação na vida institucional do país. Assim, passavam a valorizar os acordos com os demais partidos políticos e suas tradicionais lideranças, rompendo com a trajetória prévia do movimento. Também mantinham um apoio incondicional ao poder central, especialmente durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, com o qual se identificavam muito. Além disso, o PRP priorizou muito especialmente a intervenção no parlamento, a gestão de algumas prefeituras, e a participação, como partido coligado, em diversos governos estaduais.

As centenas de alianças e coligações que o PRP realizou com a maior parte dos partidos políticos foram a mais nítida evidência da nova perspectiva assumida. A concretização das coligações tornou-se possível com a superação de um duplo obstáculo. Da parte do PRP, a radical crítica ao sistema político que o partido realizava e os constantes ataques contra todos os demais partidos políticos colocavam a realização de coligações

¹⁴ Atente-se para a redação da norma, que em nome da “democracia” estabelece limites para seu exercício, remetendo ao Tribunal Superior Eleitoral a definição do que seria ou não “democrático”. No contexto político do imediato pós-guerra, com o desprestígio internacional das propostas autoritárias e totalitárias, praticamente todos os atores sociais afirmavam-se “democráticos”, e as principais disputas político-doutrinárias se davam em torno da significação do termo “democracia”.

como contraditória na sua política. Da parte dos principais partidos (PSD, UDN, PTB, PL, PR), havia resistências à realização de coligações com os integralistas, uma vez que em 1945 estes partidos (à exceção do PSD), denunciavam o “caráter fascista” do integralismo e acusavam-no de traição ao país. No entanto, ambas as contradições eram mais aparentes do que reais. A crítica do PRP aos demais partidos já não era nada mais que uma satisfação que suas lideranças prestavam à uma militância decepcionada com o abandono da perspectiva insurrecional. Para os principais partidos, criticar o integralismo em 1945 parecia uma excelente estratégia para apresentarem-se como “democratas” e “anti-fascistas”, mas nem sempre expressava um divergências de fundo com as concepções políticas do integralismo. As coligações realizadas revelaram a ampla possibilidade de mediações das diferenças entre os integralistas e os principais partidos políticos.

Em 1945, o PRP apoiou a candidatura presidencial de Eurico Dutra, tendo sido seu apoio bastante comemorado pelo candidato. Em 1950, os “liberais” da UDN, que até então apresentavam-se como anti-integralistas, revisaram sua posição e realizaram aliança a nível nacional com o PRP, recebendo seu apoio para a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes e, em troca, apoiando os candidatos integralistas ao Senado pelo Rio Grande do Sul (Plínio Salgado) e em Minas Gerais. Quando, em 1955, o partido lançou a candidatura presidencial de Plínio Salgado, foi acusado pelo candidato udenista Juarez Távora de favorecer a candidatura de Juscelino Kubitscheck, seguindo um acordo secreto que supostamente teria sido estabelecido entre Salgado e Kubitscheck¹⁵. Em 1960 o PRP seguia aliado ao governo, apoiando

¹⁵ Conforme Salgado, vinham “os caluniadores da UDN, os trombeteiros da candidatura Juarez Távora, insinuar que a minha candidatura foi lançada em combinação com Juscelino ou Adhemar de Barros, com o fito de prejudicar a candidatura de Juarez Távora”. Salgado contra-argumentava afirmando que sua candidatura fora a primeira a ser publicamente lançada (SALGADO, Plínio. *Livro verde de minha campanha*. Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1956). A hipótese de que o acordo secreto tenha realmente sido realizado é reforçada pelo fato de que Kubitscheck entregou aos integralistas a presidência do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, responsável pela política agrária do país.

as candidaturas situacionistas de Henrique Teixeira Lott (PSD) à presidência e João Goulart (PTB) à vice-presidência. Salgado e as lideranças partidárias, novamente, tiveram participação destacada nos eventos que garantiram a posse de Goulart e a instituição do parlamentarismo, em 1961, e também na sua derrubada através do Golpe Militar de 1964.

Nas eleições em âmbito estadual, as alianças perrepistas tiveram ainda maior importância, naqueles estados onde o PRP detinha um razoável contingente eleitoral. A votação que o partido recebia podia, em virtude da forte disciplina e hierarquia, ser contabilizada pelos candidatos que obtivessem seu apoio, e desta forma era “negociada”. As coligações tornaram possível que o partido obtivesse diversas secretarias de estado, entre 1947 e 1965, em vários estados, como o Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo. Foi no Rio Grande do Sul, porém, que a intervenção perrepista foi mais decisiva. Em um contexto de forte polarização entre trabalhistas (PTB) e anti-trabalhistas (PSD, UDN e PL), detendo cada pólo aproximadamente 40% do eleitorado, o apoio do PRP era muitas vezes decisivo. De fato, a coligação apoiada pelo partido triunfou em três pleitos (1947, 1958 e 1962), por escassa margem de votos, e foi derrotada em apenas um (1950). Em 1947, o apoio do PRP garantiu a eleição de Walter Jobim (PSD-PRP, com o apoio do PCB rechaçado pelo candidato), derrotando Alberto Pasqualini (PTB) por menos de 20.000 votos. Após a eleição, Jobim não cumpriu o acordo que previa a entrega de secretarias de estado ao PRP, rompendo-se a coligação. Em 1950, o apoio perrepista não foi suficiente para que Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP) derrotasse Ernesto Dornelles (PTB). Em 1954, os integralistas lançaram Wolfran Metzler, candidato próprio, obtendo 71.110 votos. Na eleição de 1958, o partido reviu sua política de alianças, apoiando Leonel Brizola (PTB), que derrotou Peracchi Barcelos (PSD-UDN-PL-PDC). Já em 1962, o partido voltou a apoiar um candidato pessedista, Ildo Meneguetti (PSD-UDN-PL-PDC-PRP), o qual derrotou o candidato situacionista Egydio Michaelson (PTB) por apenas 22.225 votos.

As coligações favoreceram o PRP em um duplo sentido: permitiram que suas lideranças ocupassem postos institucionais e viabilizaram a reversão de precauções de antigos adversários políticos. O Senador matogrossense Vilas Boas (UDN) que em 1948 solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral o cancelamento do registro do PRP, em 1950, com a aliança entre UDN e PRP, teve que se resignar e dividir com o PRP o mesmo palanque. Para concretizar coligações, o partido exigia das lideranças dos demais partidos políticos declarações escritas de que o PRP tinha “caráter democrático”. Desta forma, neutralizou as resistências de antigos adversários políticos. Nas eleições de 1945 e 1947, aliou-se prioritariamente com o PSD, obtendo declarações de Eurico Dutra e dos principais candidatos à governança estadual. Em 1950, voltou-se à UDN e apoiou Eduardo Gomes, um antigo adversário político do integralismo. Finalmente, as boas relações com o PTB se consolidaram entre 1958 (aliança com Leonel Brizola no Rio Grande do Sul) e 1960 (apoio à João Goulart à vice-presidência). Durante todo o período de sua existência, mesmo exigindo declarações por escrito, o partido realizou centenas de coligações com todos os partidos políticos, à exceção do PCB (cujo registro foi cancelado em 1947), e com o PSB, considerados inimigos ideológicos com os quais não se poderia conciliar¹⁶. No Rio Grande do Sul, por exemplo, as coligações realizadas permitiram que o partido ocupasse as secretarias de Agricultura (1959-1961), de Obras Públicas (1959-1960), a Presidência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (1959-1961), a Presidência da Comissão pelo Desenvolvimento do Litoral (1960-1961), todas no governo de Leonel Brizola; e as secretarias de Economia (1963-1966) e da Administração (1963-1966), no governo de Ildo Meneguetti.

¹⁶ Conforme Salgado, “o PRP proíbe, desde a sua fundação, qualquer aliança de seus partidários, tanto com o Partido Comunista, como com o Partido Socialista” (SALGADO. *Idem*, p. 81).

PRP: a opção do integralismo pela institucionalização partidária

A pesquisa realizada permite identificar como questão mais geral o processo de institucionalização partidária do integralismo. Nossa percepção inicial apontava a opção pela vida institucional e o abandono da perspectiva insurrecional como o “preço pago” em troca da possibilidade de participar harmonicamente do sistema político. A realidade encontrada revelou uma dinâmica mais complexa e contraditória, embora tenha confirmado que o sentido geral realmente foi este. Neste sentido, é possível propor algumas definições provisórias:

a) Ocorreram evidentes alterações na perspectiva do movimento e em sua prática política, podendo-se citar a forma como se inseriu na vida política, sua aproximação com os demais partidos políticos e com as lideranças tradicionais, a prioridade dada à intervenção no parlamento, nos governos e nas prefeituras e o abandono dos rituais integralistas (como a saudação Anauê), dos símbolos (como o Sigma) e do uniforme integralista (“camisa-verde”).

b) As alterações eram minimizadas quando apresentadas à militância. A liderança partidária buscava realçar a continuidade, mantendo em nível discursivo temas como o antiliberalismo e a crítica à “politiquice”. No mesmo sentido, o anticomunismo foi a principal estratégia utilizada para reforçar a identidade e demarcar o espaço partidário.

c) Além dos discursos da liderança partidária, existiu uma continuidade real, expressa, por exemplo, no domínio de Plínio Salgado, na manutenção da hierarquia partidária, na ênfase no anticomunismo e, sempre que possível, também no antiliberalismo.

d) A relação entre continuidade e ruptura é complexa. O novo discurso expressava em parte novas perspectivas, mas em parte era resposta à necessidade de adaptação ao novo contexto político. O que explica contradições evidentes como, por exemplo, a concomitante crítica aos demais partidos políticos e realização de alianças com os mesmos.

e) A institucionalização era um passo lógico no novo contexto, embora fosse ao mesmo tempo uma espécie de “traição” à militância que efetivamente acreditava na construção do “Estado Integral” e em um mundo “sem conflitos”.

Com isso, pode-se avaliar que a formação do PRP foi ao mesmo tempo um fracasso e um êxito. Foi uma decepção para os militantes que esperavam a reorganização da AIB, mas tornou possível às lideranças partidárias romperem com o isolamento em que se encontravam em 1945 e ocuparem pequenos espaços decisórios.

O partido perdeu a perspectiva insurrecional e manteve-se como grande defensor de posições conservadoras. Isto foi suficiente para manter a maior parte da militância integralista, a despeito de atitudes que a surpreendiam e a desagradavam, como as alianças com os “liberais” e a adaptação ao sistema “tradicional” da política brasileira.

Em síntese, é possível definir que com a fundação do PRP, o integralismo deixou de ser um movimento insurrecional nos moldes fascistas, que agia visando à construção de um “Estado Integral” totalitário, e transformou-se em um partido de extrema direita autoritário e anticomunista, mas plenamente adaptado ao sistema político vigente.

O integralismo e o processo político brasileiro

Os integralistas do PRP não eram um elemento estranho no sistema político. O integralismo em sua fase perrepista fundava-se na mesma lógica autoritária que muitos agentes políticos ditos “democratas” e levava-a às últimas conseqüências, sustentando um conceito de “democracia defensiva” claramente autoritário. Como seus congêneres, o PRP recorria a práticas “tradicionalistas”, como a utilização de cabos eleitorais e de práticas assistencialistas. Identificava-se claramente com o governo Dutra, com o projeto hegemônico e com as principais definições da Constituição de 1946. Aplaudia e reproduzia o vocabulário corrente, marcado por

expressões como “*defesa da democracia*”; “*riscos do arbítrio das massas*”, “*ameaça da infiltração comunista*”, e “*desmascarar a ilusão comunista*”. Da mesma forma que o PSD, criticava Vargas e a “ditadura”, mas preocupava-se em preservar seu legado, em especial o atrelamento sindical ao Estado.

A pesquisa realizada sugere a possibilidade de pensar o sistema político a partir da intervenção do PRP. Nossa premissa de que seu autoritarismo não é exótico, mas estava - e continua - muito presente no processo político brasileiro mantém-se. As coligações com finalidade meramente eleitoral que os principais partidos realizaram com o PRP revelam a superficialidade das críticas dos pretensos “liberais” ao caráter “ditatorial” do integralismo. É possível que a estratégia de muitos, ao criticar o “fascismo” do PRP, visava isentar o sistema político do autoritarismo que o permeava, reduzindo o “fascismo” a um elemento isolado e minoritário. Acredita-se que o estudo do PRP é um recurso a mais para a percepção dos traços de continuidade que marcam o processo político brasileiro. Além disso, sob justificativas diversas, as práticas e formulações do PRP são continuamente retomadas e mantém-se presentes, ainda que de forma difusa, nos dias atuais.

A trajetória integralista entre 1945 e 1965 pode ser analisada em pelo menos dois aspectos. O mais evidente é a reformulação do projeto político integralista, com o abandono de seu caráter insurrecional, a opção pela institucionalização e a extremada defesa da manutenção do *status quo*. No entanto, a aceitação do alegado “caráter democrático” do PRP e da doutrina integralista por parte dos principais agentes políticos também deve ser objeto de análise. Acreditamos que diversos eventos e situações evidenciam esta aceitação, dos quais destacamos:

a) As semelhanças entre a perspectiva integralista (já depurada da radicalidade insurrecional anteriormente adotada) e o projeto implementado a partir de 1945, em especial durante o governo de Eurico Gaspar Dutra. A “democratização controlada” que o golpe militar de outubro de 1945 tornou possível foi aplaudida pelo PRP, que a percebia como reação necessária à “desordem

das agitações”. A lógica de “controle social” que se consolidou na Constituição de 1946 era considerada pelo partido como indispensável para que se evitasse o “arbítrio das massas”. A afirmação de um conceito de “democracia defensiva” foi por ele comemorada e considerada uma medida indispensável para o combate ao “perigo comunista”. A preservação de importantes traços da legislação estadonovista também era aceita como parte do “controle social” a ser exercido pelo governo.

b) Também a repressão direta ao comunismo e aos “instrumentos de agitação comunista” era reivindicada pelo partido e executada em grande intensidade principalmente durante o Governo Dutra, mas também nos seguintes. A proibição de greves e a forte repressão policial a elas, o cancelamento do registro do PCB, o fechamento da CGTB, a intervenção na União Nacional dos Estudantes e em centenas de sindicatos, e o indeferimento de todas as tentativas dos comunistas em recuperarem seu registro partidário são algumas das evidências da manutenção da política repressiva contra os comunistas, os socialistas, os movimentos populares, e todos aqueles que, na apreciação dos detentores do poder, fossem qualificados como “comunistas”.

c) A concessão de registro partidário aos integralistas e a aprovação do programa do PRP por parte do Tribunal Superior Eleitoral, no mesmo momento em que era cassado o registro do Partido Comunista do Brasil (PCB)¹⁷. Os sucessivos estatutos do PRP, embora consagassem a concentração de poderes na figura de seu Presidente Nacional, foram sempre aprovados pelo Tribunal, bem como sua *Carta de Princípios*, a qual continha conceitos abertamente corporativistas.

¹⁷ Em 1945, em um contexto de mobilização popular e de prestígio internacional da União Soviética, o PCB teve seu registro aceito, embora o parecer aprovatório contivesse ressalvas. A partir de 1946, o partido sofreu sucessivos processos, tendo seu registro definitivamente cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1947. Logo após, a Câmara dos Deputados cassou os mandatos de todos os parlamentares eleitos pelo partido, no que foi seguida pelas assembléias legislativas e câmaras de vereadores.

d) A concretização de centenas de coligações entre o PRP e os principais partidos políticos consolidou a harmônica inserção dos integralistas no sistema partidário. Inicialmente o PRP teve como principais aliados os “autoritários” reunidos no PSD e no PR, cujo projeto era mais claramente semelhante ao do integralismo; em 1950 superou a resistência dos autoproclamados “liberais” (UDN e PL), e mais tarde também concretizou acordos com os trabalhistas ou populistas (PTB, PSP). Seguiram rejeitando o integralismo apenas os comunistas (na clandestinidade), e os socialistas (pouca expressão eleitoral).

e) A concessão de postos importantes da administração pública aos integralistas, como contrapartida das coligações realizadas, também deve ser destacada. A participação nos governos encabeçados por outros partidos era percebida pelo integralismo como forma de superar a rejeição popular advinda da identificação que era feita entre o partido e o nazi-fascismo. Da parte dos partidos majoritários, representava um atestado concedido ao integralismo, comprovando seu alegado “caráter democrático”.

Em vista disso, reafirmamos nossa compreensão de que o integralismo não é um fenômeno exótico ao processo político brasileiro. A partir de 1945, foi exatamente a manutenção de fortes traços de continuidade em relação ao “período autoritário” que tornaram possível a adaptação dos integralistas, após sete anos na clandestinidade, à vida institucional e sua intervenção ativa no processo político brasileiro entre 1945 e 1965.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio Mendes. “Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas”. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991. p. 227-255.

ALMINO, João. *Os democratas autoritários: Liberdades sindicais, de*

- associação política e sindical na Constituição de 1946. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- CALIL, Gilberto Grassi. *A nova face do verde: o integralismo no pós-guerra – a formação do Partido de Representação Popular (1945-1950)*. Porto Alegre, Curso de Pós-Graduação em História / PUCRS, 1998.
- CALIL, Gilberto Grassi. A redemocratização brasileira de 1945. In: CENTRO de Estudos Marxistas. *Fios de Ariadne: Ensaio de Interpretação Marxista*. Passo Fundo, UPF Editora, 1999. P. 367-400.
- CHACON. Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília, Editora da UnB, 1981.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra, 1978.
- COSTA, Hêlio da. *Em busca da memória: Comissão de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra*. São Paulo, Página Aberta, 1995.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 4ª edição. São Paulo, Edusp, 1996.
- FLEISCHER, David (org). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília, Editora da UnB, 1981. 2 volumes.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 2ª edição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974. Coleção “História”.
- GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil. - A espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.
- HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional*. Rio de Janeiro, Cultura Brasileira, 1977.
- HILTON, Stanley. *O ditador e o embaixador: Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr. e a queda do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Record, 1987.
- MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotski: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.
- MARANHÃO, Ricardo & MENDES Jr, Antônio. *Brasil história - texto e consulta*. 2ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1982. Volume 4 (A era de Vargas).
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil - 1930-1945*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Autoritarismo e transição”. *Revista USP*, São Paulo, mar./maio 1991, p. 45-56.
- SALGADO, Plínio. *Livro verde de minha campanha*. Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1956.
- SALGADO, Plínio. *O conceito cristão de democracia*. Coimbra. Edição Estudos, 1945.
- SALGADO, Plínio. *Direitos e deveres do homem*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1949.
- SALGADO, Plínio. *Discursos*. São Paulo, Companhia Editora Panorama, 1947. Coleção “Convivium”.
- SALGADO, Plínio. *Espírito da burguesia*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1949.
- SALGADO, Plínio. *O Integralismo brasileiro perante a nação*. Lisboa, Oficina Gráfica Limitada, 1946.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.
- SOARES, Gláucio. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1974.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil - 1930-1964*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
- TAVARES, José Antônio Giusti. *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *O fechamento do Partido Comunista do Brasil: Os pareceres Barbedo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.
- TRINDADE, Hélió. *Integralismo* (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo, Difel / Porto Alegre, UFRGS, 1974. Coleção “Corpo e Alma do Brasil”.
- TRINDADE, Hélió. *Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30*. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História geral da civilização Brasil*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991. p. 299-335.
- VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: Análise do discurso integralista*. São Paulo, Brasiliense, 1979.